

DE ACORDO COM O EDITAL Nº 001/2026



NOVO HAMBURGO-RS

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO HAMBURGO - RIO GRANDE DO SUL

PROFESSOR DE EDUCAÇÃO BÁSICA

- ▶ Língua Portuguesa
- ▶ Legislação
- ▶ Fundamentos da Educação
- ▶ Conhecimentos Gerais
- ▶ Conhecimentos Específicos

BÔNUS
CURSO ON-LINE

- PORTUGUÊS
- INFORMÁTICA





AVISO IMPORTANTE: **Este é um Material de Demonstração**

Este arquivo representa uma prévia exclusiva da apostila.

Aqui, você poderá conferir algumas páginas selecionadas para conhecer de perto a qualidade, o formato e a proposta pedagógica do nosso conteúdo. Lembramos que este não é o material completo.



POR QUE INVESTIR NA APOSTILA COMPLETA?



- × Conteúdo totalmente alinhado ao edital.
- × Teoria clara, objetiva e sempre atualizada.
- × Dicas práticas, quadros de resumo e linguagem descomplicada.
- × Questões gabaritadas
- × Bônus especiais que otimizam seus estudos.

Aproveite a oportunidade de intensificar sua preparação com um material completo e focado na sua aprovação:
Acesse agora: www.apostilasopcao.com.br

Disponível nas versões impressa e digital, com envio imediato!

Estudar com o material certo faz toda a diferença na sua jornada até a APROVAÇÃO.





NOVO HAMBURGO - RS

**PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVO
HAMBURGO - RIO GRANDE DO SUL**

PROFESSOR DE EDUCAÇÃO BÁSICA

Nº EDITAL: 01/2026

**CÓD: OP-023JL-26
7908403597994**

ÍNDICE

Língua Portuguesa

1. Leitura, interpretação e relação entre as ideias de textos de gêneros textuais diversos, fato e opinião, intencionalidade discursiva, análise de implícitos e subentendidos e de efeitos de sentido de acordo com José Luiz Fiorin e Francisco Platão Savioli, ideias principais e secundárias e recursos de argumentação de acordo com Eni Orlandi, Elisa Guimarães, Eneida Guimarães e Ingedore Villaça Koch	9
2. Linguagem e comunicação: situação comunicativa, variações linguísticas.....	16
3. Gêneros e tipos textuais e intertextualidade: características e estrutura de acordo com Luiz Antônio Marcuschi	17
4. Coesão e coerência textuais de acordo com Ingedore Villaça Koch	21
5. Léxico: significação e substituição de palavras no texto, sinônimos, antônimos, parônimos e homônimos.....	24
6. Ortografia: emprego de letras, do hífen e acentuação gráfica conforme sistema oficial vigente (inclusive Acordo Ortográfico vigente) tendo como base o Vocabulário Ortográfico da Língua Portuguesa e o dicionário online Aulete.....	24
7. Figuras de linguagem e suas relações de sentido na construção do texto nas perspectivas de Evanildo Bechara, Domingos Paschoal Cegalla e Celso Cunha e Lindley Cintra	27
8. Fonologia: relações entre fonemas e grafias; relações entre vogais e consoantes nas perspectivas de Evanildo Bechara, Domingos Paschoal Cegalla e Celso Cunha e Lindley Cintra	30
9. Morfologia (classes de palavras e suas flexões, significados e empregos; estrutura e formação de palavras; vozes verbais e sua conversão) nas perspectivas de Evanildo Bechara, Domingos Paschoal Cegalla e Celso Cunha e Lindley Cintra	32
10. Sintaxe (funções sintáticas e suas relações no período simples e no período composto) e tipos de sintaxe: sintaxe de colocação nas perspectivas de Evanildo Bechara e Domingos Paschoal Cegalla; sintaxe de regência nominal e verbal (inclusive emprego do acento indicativo de crase) nas perspectivas de Celso Pedro Luft, Evanildo Bechara, Domingos Paschoal Cegalla e Celso Cunha e Lindley Cintra; e sintaxe de concordância verbal e nominal nas perspectivas de Evanildo Bechara, Domingos Paschoal Cegalla e Celso Cunha e Lindley Cintra; Coordenação e subordinação: emprego de conjunções, locuções conjuntivas e pronomes relativos	36
11. Pontuação (regras e implicações de sentido) nas perspectivas de Evanildo Bechara, Domingos Paschoal Cegalla e Celso Cunha e Lindley Cintra	41

Legislação

1. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.....	55
2. Estatuto da Criança e do adolescente.....	74
3. Parâmetros Curriculares Nacionais.....	115
4. Plano Nacional de Educação	115
5. Política Nacional de Educação Digital	118
6. Base Nacional Comum Curricular	120
7. Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica	167
8. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana	167
9. Ministério da Educação: Orientações e Ações para Educação das Relações ÉtnicoRaciais.....	168
10. Lei Federal nº: 7.853/1989 – Política Nacional para a Integração da Pessoa com Deficiência	168
11. Plano de Carreira do Magistério do Município	171
12. Referencial para Desenvolvimento e Uso Responsáveis de Inteligência Artificial na Educação, 1ª Edição - 2026.....	177
13. Lei nº 15.211/2025 – Estatuto Digital da Criança e do Adolescente.....	177

ÍNDICE

Fundamentos da Educação

1. Educação: Desafios atuais.....	189
2. Metodologias Ativas	198
3. Os impactos e a importância da educação 3.0, 4.0 e 5.0.....	199
4. Ensino Híbrido: Modelos sustentados e modelos disruptivos	202
5. Cidadania digital: educando para o uso consciente da internet	202
6. Educação na era digital	203
7. Escola do futuro: como será, tendências e perspectivas	212
8. Mediação da aprendizagem.....	212
9. Didática e metodologia do ensino	220
10. Teorias da aprendizagem	221
11. Tendências pedagógicas.....	225
12. Projeto Político Pedagógico	227
13. Currículo	229
14. Plano de aula	234
15. Processo educativo	238
16. Gestão e planejamento escolar	239
17. Avaliação da aprendizagem, instrumentos avaliativos e tipos de avaliação	241
18. Inclusão escolar e diversidade cultural	242
19. Processo ensino aprendizagem.....	243
20. Gestão da aprendizagem em sala de aula.....	246
21. O planejamento pedagógico e o ambiente de aprendizagem	254
22. Didática e a Formação docente.....	256
23. Interdisciplinaridade, pluridisciplinaridade, transdisciplinaridade e multidisciplinaridade.....	258
24. Modelos de Jantsch	258
25. Educar pela Pesquisa	259

Conhecimentos Gerais

1. Cultura popular, personalidades, pontos turísticos, organização política e territorial, divisão política, regiões administrativas, regionalização do IBGE, hierarquia urbana, símbolos, estrutura dos poderes, fauna e flora locais, hidrografia e relevo, clima, matriz produtiva, matriz energética e matriz de transporte, unidades de conservação, história e geografia do País, Estado, do Município e da região que o cerca	267
2. Tópicos atuais, internacionais, nacionais, estaduais ou locais, de diversas áreas, tais como globalização, segurança, transportes, política, economia, esporte, agricultura, sociedade, educação, saúde, cultura, tecnologia, ciências naturais, meio ambiente, desenvolvimento sustentável, consciência ambiental, ecologia e geografia física.....	271
3. Direitos humanos e cidadania.....	271
4. Teoria Geral dos Direitos Humanos: conceito, classificação e características.....	272
5. Os racismos individual, institucional e estrutural	273
6. Conceitos Fundamentais de Discriminação, Racismo, Sexismo, Etarismo, Intolerância Religiosa, LGBTQIAPN+ fobia, Aporofobia, Psicofobia e Capacitismo.....	276

ÍNDICE

Conhecimentos Específicos Professor de Educação Básica

1. Articulação da escola com a sociedade contemporânea	285
2. Aprendizagem como processo de construção do conhecimento	288
3. O planejamento pedagógico e o ambiente de aprendizagem	290
4. A proposta pedagógica realizada com o coletivo da escola	292
5. Currículo: como organizar e o que ensinar	293
6. Inclusão escolar	296
7. A construção do conhecimento e a avaliação	301
8. A prática docente e as necessidades da educação atual	304
9. Interação professor/aluno: o papel de cada um	307
10. Alfabetização e letramento nos anos iniciais	315

LÍNGUA PORTUGUESA

LEITURA, INTERPRETAÇÃO E RELAÇÃO ENTRE AS IDEIAS DE TEXTOS DE GÊNEROS TEXTUAIS DIVERSOS, FATO E OPINIÃO, INTENCIONALIDADE DISCURSIVA, ANÁLISE DE IMPLÍCITOS E SUBENTENDIDOS E DE EFEITOS DE SENTIDO DE ACORDO COM JOSÉ LUIZ FIORIN E FRANCISCO PLATÃO SAVIOLI, IDEIAS PRINCIPAIS E SECUNDÁRIAS E RECURSOS DE ARGUMENTAÇÃO DE ACORDO COM ENI ORLANDI, ELISA GUIMARÃES, ENEIDA GUIMARÃES E INGEDORE VILLAÇA KOCH

LEITURA E INTERPRETAÇÃO DE GÊNEROS TEXTUAIS DIVERSOS

A leitura e interpretação de gêneros textuais distintos são habilidades fundamentais para compreender a multiplicidade de sentidos produzidos em diferentes contextos comunicativos. Segundo Ingedore Villaça Koch, os gêneros textuais são formas de organização discursiva que atendem a propósitos sociais específicos, e sua identificação é essencial para uma interpretação adequada.

► O que são gêneros textuais?

Os gêneros textuais são estruturas textuais reconhecíveis que se desenvolvem e se transformam em resposta às necessidades comunicativas de uma comunidade. Esses gêneros são determinados pelas condições de produção, objetivos comunicativos, público-alvo e contexto histórico-social.

- **Exemplos de gêneros textuais:** carta, notícia, reportagem, poema, receita culinária, artigo científico, e-mails, posts em redes sociais, entre outros.

Características dos gêneros textuais:

Cada gênero possui características próprias que orientam a forma como o leitor deve interpretá-lo. Essas características incluem:

Finalidade comunicativa:

- A função do gênero textual define seu propósito principal.
Ex.: Uma receita culinária instrui o leitor a preparar um prato; um poema busca despertar emoções.

Estrutura composicional:

- Refere-se à organização típica do gênero.
Ex.: Um e-mail apresenta geralmente um cabeçalho (destinatário e remetente), um corpo textual e uma saudação final.

Estilo linguístico:

- Depende do nível de formalidade, da escolha lexical e das construções gramaticais.

Ex.: Um contrato apresenta linguagem formal e objetiva, enquanto uma conversa por mensagens utiliza uma linguagem mais informal.

► Estratégias de leitura e interpretação

Para interpretar corretamente textos de gêneros diversos, é necessário adotar algumas estratégias específicas:

Identificar o gênero textual:

- Reconheça as marcas distintivas do gênero, como a diagramação (em anúncios), o uso de elementos gráficos (em infográficos) ou a segmentação em tópicos (em manuais de instrução).

Compreender o contexto de produção e recepção:

- Analise o momento histórico, os valores culturais e as intenções do emissor para interpretar adequadamente o texto.

Ex.: Um editorial escrito durante uma crise política reflete uma perspectiva contextualizada daquela situação.

Reconhecer elementos explícitos e implícitos:

- Identifique as informações claramente apresentadas (explícitas) e as que exigem inferências (implícitas), levando em conta o gênero textual.

Ex.: Em um texto publicitário, o apelo ao consumo pode ser indireto, por meio de associações emocionais.

Exemplos práticos de leitura de gêneros textuais

- **Notícia:** Apresenta informações factuais, estrutura-se em título, subtítulo e corpo textual, e segue critérios de objetividade e imparcialidade.
- **Artigo de opinião:** Tem como objetivo persuadir o leitor, utilizando argumentos subjetivos e juízos de valor.
- **Memes e posts em redes sociais:** Combina elementos verbais e visuais, muitas vezes de forma humorística ou irônica, e depende de um contexto compartilhado para gerar efeito de sentido.

A importância da leitura crítica

A leitura crítica permite ao leitor não apenas compreender o texto, mas também questionar as intenções do autor e os efeitos de sentido produzidos. Essa habilidade é crucial em um mundo repleto de informações, onde a interpretação inadequada pode levar à disseminação de fake news ou à má compreensão de mensagens.

A leitura e interpretação de gêneros textuais diversos demandam sensibilidade às especificidades de cada gênero, ao contexto em que o texto foi produzido e ao objetivo comunicativo.

AMOSTRA

O domínio dessas habilidades fortalece a capacidade crítica e a competência textual, indispensáveis para a compreensão e produção de textos nos mais variados âmbitos.

FATO E OPINIÃO: DISTINÇÃO E RELEVÂNCIA

A distinção entre fato e opinião é um aspecto essencial da leitura crítica e da análise textual, sendo indispensável para a avaliação de informações e a construção de argumentos sólidos.

Esse tema é amplamente abordado por autores como José Luiz Fiorin e Francisco Platão Savioli, que destacam a importância de compreender a objetividade dos fatos e a subjetividade das opiniões, especialmente em contextos argumentativos e persuasivos.

► **O que é um fato?**

Um fato é uma informação objetiva, verificável e que representa um acontecimento ou situação da realidade. Sua principal característica é a possibilidade de comprovação, seja por meio de dados, registros documentais ou evidências concretas.

Ex.: “A Terra orbita ao redor do Sol.”

Este enunciado pode ser comprovado por estudos científicos e observações astronômicas.

▪ **Marcas linguísticas típicas de um fato:**

Uso de verbos no presente do indicativo para expressar constatações ou universalidades.

Ex.: “O Brasil é o maior exportador de café do mundo.”

▪ **Presença de dados e números.**

Ex.: “Em 2023, o PIB global cresceu 2,9%.”

► **O que é uma opinião?**

Uma opinião é uma manifestação subjetiva, baseada em crenças, valores, preferências ou interpretações individuais. Ao contrário do fato, a opinião não pode ser provada ou medida objetivamente, pois reflete um julgamento pessoal.

Ex.: “O café brasileiro é o melhor do mundo.”

Este enunciado expressa um juízo de valor, não passível de comprovação universal.

▪ **Marcas linguísticas típicas de uma opinião:**

Uso de adjetivos qualificativos e advérbios que expressam subjetividade.

Ex.: “Este filme é incrivelmente emocionante.”

Presença de verbos de opinião ou crença, como “achar”, “acreditar”, “considerar”.

Ex.: “Eu acho que essa proposta é injusta.”

► **A relevância da distinção**

A distinção entre fato e opinião é vital em diversos contextos, como na interpretação de textos jornalísticos, na análise de discursos argumentativos e no combate à desinformação. Saber diferenciar essas categorias permite:

▪ **Avaliar a credibilidade da informação:** Textos factuais fornecem dados que podem ser verificados, enquanto textos opinativos expressam interpretações ou julgamentos.

▪ **Identificar vieses ideológicos:** Opiniões frequentemente carregam valores e interesses que podem influenciar a interpretação dos fatos.

Ex.: Em um artigo de opinião, o autor pode selecionar fatos que reforcem seu ponto de vista, omitindo outros que o contradigam.

▪ **Desenvolver uma leitura crítica:** Reconhecer quando um texto apresenta fatos ou opiniões evita interpretações equivocadas, especialmente em debates polêmicos ou em textos persuasivos.

► **Exemplos práticos de distinção****Notícia jornalística:**

▪ **Fato:** “A inflação acumulada em 2024 foi de 4,5%.”

▪ **Opinião:** “Esse índice de inflação demonstra uma recuperação lenta da economia.”

Discurso publicitário:

▪ **Fato:** “Este carro possui um motor de 200 cavalos.”

▪ **Opinião:** “Este é o melhor carro da categoria.”

Como identificar e analisar fatos e opiniões**Verificar fontes:**

▪ Um fato deve ter respaldo em fontes confiáveis e verificáveis.

Ex.: Dados fornecidos por instituições como IBGE ou ONU têm maior credibilidade.

Reconhecer marcadores subjetivos:

▪ Palavras como “excelente”, “terrível”, “justo” e “injusto” indicam opinião.

Considerar o gênero textual:

▪ Textos opinativos (editoriais, colunas de opinião) têm como objetivo persuadir, enquanto textos informativos (notícias, relatórios) priorizam a neutralidade.

Contextualizar informações:

▪ Um mesmo dado pode ser usado para apoiar diferentes interpretações, dependendo do contexto em que é apresentado.

Compreender a distinção entre fato e opinião é uma habilidade indispensável para interpretar textos de forma crítica, identificar intencionalidades e avaliar a validade das informações. Essa capacidade é particularmente relevante em uma sociedade marcada pela sobrecarga informacional e pelo risco de manipulação discursiva, tornando o leitor mais apto a participar ativamente do debate público e a formar opiniões fundamentadas.

INTENCIONALIDADE DISCURSIVA E ANÁLISE DE IMPLÍCITOS

A intencionalidade discursiva e a análise de implícitos são conceitos centrais para compreender as nuances de sentido que um texto pode produzir. Esses aspectos refletem escolhas estratégicas do emissor para persuadir, informar, emocionar ou influenciar o receptor, muitas vezes de maneira sutil.



LEGISLAÇÃO

LEI DE DIRETRIZES E BASES DA EDUCAÇÃO NACIONAL

LEI Nº 9.394, DE 20 DE DEZEMBRO DE 1996

Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

TÍTULO I DA EDUCAÇÃO

Art. 1º A educação abrange os processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais.

§ 1º Esta Lei disciplina a educação escolar, que se desenvolve, predominantemente, por meio do ensino, em instituições próprias.

§ 2º A educação escolar deverá vincular-se ao mundo do trabalho e à prática social.

TÍTULO II DOS PRINCÍPIOS E FINS DA EDUCAÇÃO NACIONAL

Art. 2º A educação, dever da família e do Estado, inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

Art. 3º O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios:

I - igualdade de condições para o acesso e permanência na escola;

II - liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar a cultura, o pensamento, a arte e o saber;

III - pluralismo de idéias e de concepções pedagógicas;

IV - respeito à liberdade e apreço à tolerância;

V - coexistência de instituições públicas e privadas de ensino;

VI - gratuidade do ensino público em estabelecimentos oficiais;

VII - valorização do profissional da educação escolar;

VIII - gestão democrática do ensino público, na forma desta Lei e da legislação dos respectivos Estados e Municípios e do Distrito Federal; (Redação dada pela Lei nº 14.644, de 2023)

IX - garantia de padrão de qualidade; (Vide Decreto nº 11.713, de 2023)

X - valorização da experiência extra-escolar;

XI - vinculação entre a educação escolar, o trabalho e as práticas sociais.

XII - consideração com a diversidade étnico-racial. (Incluído pela Lei nº 12.796, de 2013)

XIII - garantia do direito à educação e à aprendizagem ao longo da vida. (Incluído pela Lei nº 13.632, de 2018)

XIV - respeito à diversidade humana, linguística, cultural e identitária das pessoas surdas, surdo-cegas e com deficiência auditiva. (Incluído pela Lei nº 14.191, de 2021)

XV - garantia do direito de acesso a informações públicas sobre a gestão da educação. (Incluído pela Lei nº 15.001, de 2024)

TÍTULO III DO DIREITO À EDUCAÇÃO E DO DEVER DE EDUCAR

Art. 4º O dever do Estado com educação escolar pública será efetivado mediante a garantia de:

I - educação básica obrigatória e gratuita dos 4 (quatro) aos 17 (dezesete) anos de idade, organizada da seguinte forma: (Redação dada pela Lei nº 12.796, de 2013)

a) pré-escola; (Incluído pela Lei nº 12.796, de 2013)

b) ensino fundamental; (Incluído pela Lei nº 12.796, de 2013)

c) ensino médio; (Incluído pela Lei nº 12.796, de 2013)

II - educação infantil gratuita às crianças de até 5 (cinco) anos de idade; (Redação dada pela Lei nº 12.796, de 2013)

III - atendimento educacional especializado gratuito aos educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, transversal a todos os níveis, etapas e modalidades, preferencialmente na rede regular de ensino; (Redação dada pela Lei nº 12.796, de 2013)

IV - acesso público e gratuito aos ensinos fundamental e médio para todos os que não os concluíram na idade própria; (Redação dada pela Lei nº 12.796, de 2013)

V - acesso aos níveis mais elevados do ensino, da pesquisa e da criação artística, segundo a capacidade de cada um;

VI - oferta de ensino noturno regular, adequado às condições do educando;

VII - oferta de educação escolar regular para jovens e adultos, com características e modalidades adequadas às suas necessidades e disponibilidades, garantindo-se aos que forem trabalhadores as condições de acesso e permanência na escola;

VIII - atendimento ao educando, em todas as etapas da educação básica, por meio de programas suplementares de material didático-escolar, transporte, alimentação e assistência à saúde; (Redação dada pela Lei nº 12.796, de 2013)

IX - padrões mínimos de qualidade do ensino, definidos como a variedade e a quantidade mínimas, por aluno, de insumos indispensáveis ao desenvolvimento do processo de ensino-aprendizagem adequados à idade e às necessidades específicas

AMOSTRA

de cada estudante, inclusive mediante a provisão de mobiliário, equipamentos e materiais pedagógicos apropriados; (Redação dada pela Lei nº 14.333, de 2022)

X – vaga na escola pública de educação infantil ou de ensino fundamental mais próxima de sua residência a toda criança a partir do dia em que completar 4 (quatro) anos de idade. (Incluído pela Lei nº 11.700, de 2008).

XI – alfabetização plena e capacitação gradual para a leitura ao longo da educação básica como requisitos indispensáveis para a efetivação dos direitos e objetivos de aprendizagem e para o desenvolvimento dos indivíduos. (Incluído pela Lei nº 14.407, de 2022)

XII - educação digital, com a garantia de conectividade de todas as instituições públicas de educação básica e superior à internet em alta velocidade, adequada para o uso pedagógico, com o desenvolvimento de competências voltadas ao letramento digital de jovens e adultos, criação de conteúdos digitais, comunicação e colaboração, segurança e resolução de problemas. (Incluído pela Lei nº 14.533, de 2023) (Vide Decreto nº 11.713, de 2023)

XIII - água potável e infraestrutura física e sanitária adequadas no ambiente escolar. (Incluído pela Lei nº 15.276, de 2025)

Parágrafo único. Para efeitos do disposto no inciso XII do caput deste artigo, as relações entre o ensino e a aprendizagem digital deverão prever técnicas, ferramentas e recursos digitais que fortaleçam os papéis de docência e aprendizagem do professor e do aluno e que criem espaços coletivos de mútuo desenvolvimento. (Incluído pela Lei nº 14.533, de 2023)

Art. 4º-A. É assegurado atendimento educacional, durante o período de internação, ao aluno da educação básica internado para tratamento de saúde em regime hospitalar ou domiciliar por tempo prolongado, conforme dispuser o Poder Público em regulamento, na esfera de sua competência federativa. (Incluído pela Lei nº 13.716, de 2018).

Art. 5º O acesso à educação básica obrigatória é direito público subjetivo, podendo qualquer cidadão, grupo de cidadãos, associação comunitária, organização sindical, entidade de classe ou outra legalmente constituída e, ainda, o Ministério Público, acionar o poder público para exigi-lo. (Redação dada pela Lei nº 12.796, de 2013)

§ 1º O poder público, na esfera de sua competência federativa, deverá: (Redação dada pela Lei nº 12.796, de 2013)

I - recensear anualmente as crianças e adolescentes em idade escolar, bem como os jovens e adultos que não concluíram a educação básica; (Redação dada pela Lei nº 12.796, de 2013)

II - fazer-lhes a chamada pública;

III - zelar, junto aos pais ou responsáveis, pela frequência à escola.

IV - divulgar a lista de espera por vagas nos estabelecimentos de educação básica de sua rede, inclusive creches, por ordem de colocação e, sempre que possível, por unidade escolar, bem como divulgar os critérios para a elaboração da lista. (Incluído pela Lei nº 14.685, de 2023)

V – garantir aos pais, aos responsáveis e aos estudantes acesso aos resultados das avaliações de qualidade e de rendimento escolar nas instituições de ensino, diretamente realizadas por ele ou em parceria com organizações internacionais. (Incluído pela Lei nº 15.001, de 2024)

§ 2º Em todas as esferas administrativas, o Poder Público assegurará em primeiro lugar o acesso ao ensino obrigatório, nos termos deste artigo, contemplando em seguida os demais níveis e modalidades de ensino, conforme as prioridades constitucionais e legais.

§ 3º Qualquer das partes mencionadas no caput deste artigo tem legitimidade para peticionar no Poder Judiciário, na hipótese do § 2º do art. 208 da Constituição Federal, sendo gratuita e de rito sumário a ação judicial correspondente.

§ 4º Comprovada a negligência da autoridade competente para garantir o oferecimento do ensino obrigatório, poderá ela ser imputada por crime de responsabilidade.

§ 5º Para garantir o cumprimento da obrigatoriedade de ensino, o Poder Público criará formas alternativas de acesso aos diferentes níveis de ensino, independentemente da escolarização anterior.

§ 6º Incumbe ao poder público promover, nos termos de regulamento, o acesso público às informações educacionais do censo anual e dos exames e sistemas de avaliação da educação básica, considerado todo o processo de realização dessas atividades. (Incluído pela Lei nº 15.017, de 2024)

§ 7º A organização e a manutenção de sistema de informações e estatísticas educacionais pela União, pelos Estados, pelo Distrito Federal e pelos Municípios, no âmbito da administração direta e indireta, sujeitar-se-ão ao dever de transparência e publicidade como preceitos gerais e ao direito fundamental de acesso à informação de que trata a Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011 (Lei de Acesso à Informação). (Incluído pela Lei nº 15.017, de 2024)

§ 8º Dados e microdados, agregados e desagregados, coletados na execução de políticas educacionais de caráter censitário, avaliativo ou regulatório, serão tratados, divulgados e compartilhados, sempre que possível, de forma anonimizada, observados os parâmetros para anonimização previstos em regulamento. (Incluído pela Lei nº 15.017, de 2024)

Art. 5º-A Aplica-se o disposto nos §§ 6º, 7º e 8º do art. 5º desta Lei às informações educacionais do censo, dos exames e do sistema de avaliação da educação superior. (Incluído pela Lei nº 15.017, de 2024)

Art. 6º É dever dos pais ou responsáveis efetuar a matrícula das crianças na educação básica a partir dos 4 (quatro) anos de idade. (Redação dada pela Lei nº 12.796, de 2013)

Art. 7º O ensino é livre à iniciativa privada, atendidas as seguintes condições:

I - cumprimento das normas gerais da educação nacional e do respectivo sistema de ensino;

II - autorização de funcionamento e avaliação de qualidade pelo Poder Público;

III - capacidade de autofinanciamento, ressalvado o previsto no art. 213 da Constituição Federal.

Art. 7º-A Ao aluno regularmente matriculado em instituição de ensino pública ou privada, de qualquer nível, é assegurado, no exercício da liberdade de consciência e de crença, o direito de, mediante prévio e motivado requerimento, ausentar-se de prova ou de aula marcada para dia em que, segundo os preceitos de sua religião, seja vedado o exercício de tais atividades, devendo-se-lhe atribuir, a critério da instituição e sem custos para o aluno, uma das seguintes prestações alternativas, nos termos do inciso VIII do caput do art. 5º da Constituição Federal: (Incluído pela Lei nº 13.796, de 2019) (Vigência)

FUNDAMENTOS DA EDUCAÇÃO

EDUCAÇÃO: DESAFIOS ATUAIS

► Inclusão e Equidade na Educação

A inclusão e a equidade são princípios fundamentais para a construção de um sistema educacional justo e acessível. Enquanto a inclusão busca garantir que todos os estudantes, independentemente de suas condições, participem integralmente do ambiente escolar, a equidade refere-se à provisão de recursos e oportunidades específicas para atender às diferentes necessidades, buscando compensar desigualdades históricas e contextuais.

No Brasil, esses desafios são ainda mais complexos devido às profundas desigualdades econômicas, sociais e culturais que afetam o acesso e a qualidade da educação.

► Desigualdades Sociais e Econômicas

No Brasil, a educação é uma das áreas mais impactadas pela desigualdade social e econômica, o que se reflete no acesso desigual a recursos e oportunidades educacionais.

- **Diferenças Regionais:** Estudantes de regiões mais pobres, como o Norte e o Nordeste, enfrentam infraestrutura precária e falta de recursos didáticos em comparação com regiões mais desenvolvidas. Essa diferença de condições afeta diretamente o aprendizado e o desempenho dos alunos.

- **Acesso a Recursos Educacionais:** Escolas em áreas urbanas e economicamente privilegiadas geralmente têm acesso a laboratórios, bibliotecas, tecnologias e atividades extracurriculares que enriquecem a experiência educacional dos alunos. Em contrapartida, muitas escolas de áreas rurais ou periféricas carecem de estrutura básica e materiais essenciais para o ensino.

- **Impacto da Desigualdade na Evasão Escolar:** Alunos em situação de vulnerabilidade socioeconômica têm mais chances de abandonar a escola, muitas vezes devido à necessidade de trabalhar para ajudar no sustento da família. Esse cenário contribui para a perpetuação do ciclo de pobreza e limita as possibilidades de ascensão social.

Legislação Relacionada: O Plano Nacional de Educação (Lei nº 13.005/2014) estabelece metas para reduzir as desigualdades educacionais, promovendo a equidade de acesso e melhoria da infraestrutura das escolas públicas, especialmente em áreas desfavorecidas.

► Educação Inclusiva e Necessidades Especiais

A educação inclusiva tem como objetivo garantir que todos os alunos, incluindo aqueles com deficiências e outras necessidades especiais, participem integralmente das atividades educacionais, conforme o princípio de que a educação é um direito para todos.

- **Desafios de Acessibilidade Física e Pedagógica:** A acessibilidade para estudantes com deficiência requer adaptações que vão além de rampas e elevadores. A inclusão exige recursos pedagógicos específicos, como material em braille, intérpretes de Libras, softwares de leitura e profissionais de apoio especializados.

- **Formação de Professores para a Educação Inclusiva:** A inclusão efetiva demanda que os professores estejam preparados para lidar com alunos que apresentam diferentes tipos de necessidades. No entanto, ainda há uma carência de capacitação específica para que os docentes possam adaptar suas metodologias e trabalhar de maneira inclusiva.

- **Ambiente Escolar e Convivência:** A inclusão implica não apenas a adaptação física e curricular, mas também a construção de um ambiente escolar acolhedor e respeitoso, onde os estudantes com necessidades especiais possam desenvolver suas habilidades e se sentir integrados à comunidade escolar.

Exemplo de Política Inclusiva: A Lei Brasileira de Inclusão (Lei nº 13.146/2015) assegura a todas as pessoas com deficiência o direito a uma educação inclusiva, prevendo adaptações de infraestrutura e oferta de recursos de apoio pedagógico e de tecnologia assistiva.

► Diversidade Cultural e Linguística

Em um país tão diverso como o Brasil, a diversidade cultural e linguística constitui um desafio para a educação. A inclusão e a equidade demandam que o currículo e as práticas pedagógicas sejam sensíveis às diferentes culturas e idiomas representados pelos estudantes.

- **Educação Indígena e Quilombola:** A educação voltada para as comunidades indígenas e quilombolas é garantida por legislação específica, mas enfrenta barreiras práticas, como a falta de materiais didáticos adequados e professores capacitados. A valorização das línguas indígenas e a incorporação da cultura local são fundamentais para uma educação equitativa.

AMOSTRA

▪ **Migração e Multiculturalismo:** A presença de migrantes e refugiados de países vizinhos ou de outras partes do mundo traz a necessidade de adaptar o ensino a diferentes contextos culturais e linguísticos. É importante oferecer suporte para que esses estudantes, especialmente os de língua estrangeira, possam superar a barreira do idioma e se integrar ao ambiente escolar.

▪ **Preconceito e Discriminação:** Além da adaptação curricular, é fundamental trabalhar o respeito à diversidade para combater preconceitos étnicos, culturais e linguísticos. Atividades e programas que promovam a valorização da diversidade são essenciais para uma convivência saudável no ambiente escolar.

Referência Legal: A Constituição Federal de 1988 e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB, Lei nº 9.394/1996) asseguram o direito à educação para todos, incluindo a valorização da diversidade étnico-racial e cultural nas práticas pedagógicas.

▪ **Políticas Públicas e Equidade na Educação**

Para promover inclusão e equidade, as políticas públicas têm um papel crucial na elaboração de programas que contemplem a diversidade e atendam às necessidades específicas de diferentes grupos sociais.

▪ **Programas de Acesso e Permanência:** Ações como o Programa Bolsa Família, que auxilia na permanência dos alunos em situação de vulnerabilidade, e o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), que oferece merenda escolar, são exemplos de políticas que buscam garantir a equidade no acesso à educação.

▪ **Financiamento e Incentivos:** A alocação de recursos financeiros é essencial para promover a equidade. O Fundeb (Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica) e programas de incentivo fiscal para escolas que investem em acessibilidade são exemplos de esforços governamentais que contribuem para a educação inclusiva.

▪ **Acompanhamento e Monitoramento:** As políticas de inclusão e equidade exigem monitoramento contínuo para avaliar a eficácia das medidas implementadas e ajustar estratégias conforme as necessidades. Indicadores de desempenho, como os índices de permanência e de aprovação, são importantes para avaliar o progresso e identificar áreas que ainda demandam atenção.

A promoção da inclusão e da equidade na educação é um desafio complexo que exige compromisso e esforços coordenados. Além das adaptações físicas e curriculares, é essencial uma mudança de paradigma que valorize e respeite a diversidade dos estudantes e promova um ambiente educacional acessível e acolhedor para todos.

Os desafios associados à inclusão e equidade não podem ser superados apenas com a criação de políticas; é necessária uma implementação eficaz, com financiamento adequado, monitoramento e o engajamento da comunidade escolar e da sociedade. Somente assim será possível alcançar uma educação verdadeiramente democrática e inclusiva.

▪ **Transformação Digital e Educação à Distância**

A transformação digital e a expansão da educação à distância (EAD) estão mudando profundamente a forma como o conhecimento é transmitido e adquirido. A rápida evolução das tecnologias digitais e o aumento do acesso à internet têm democratizado o ensino, mas também trouxeram desafios, especialmente no contexto da pandemia da COVID-19.

Essa transição exige uma reformulação nas metodologias de ensino, na formação dos professores e na infraestrutura escolar para garantir que todos os estudantes possam usufruir das novas possibilidades.

▪ **Acesso e Inclusão Digital**

A ampliação da educação à distância no Brasil evidenciou as desigualdades de acesso à tecnologia e à internet, especialmente entre alunos de diferentes contextos socioeconômicos.

▪ **Desigualdade de Acesso:** Enquanto alguns estudantes têm acesso a dispositivos modernos, conexão de alta qualidade e espaços adequados para estudo em casa, muitos outros, especialmente em áreas rurais ou comunidades de baixa renda, enfrentam dificuldades para participar das aulas online. Essa desigualdade digital impacta diretamente a qualidade da experiência educacional e pode agravar as disparidades de aprendizagem.

▪ **Políticas Públicas para Inclusão Digital:** Para enfrentar esse problema, é fundamental que políticas públicas sejam implementadas para promover o acesso universal à internet e a dispositivos tecnológicos. Programas de distribuição de tablets e notebooks para estudantes da rede pública, bem como parcerias com provedores de internet para oferecer planos acessíveis, podem reduzir essa lacuna.

▪ **Esforço de Equidade na Infraestrutura Escolar:** Mesmo em um cenário de educação híbrida, a infraestrutura escolar deve ser adaptada para garantir que as escolas contem com equipamentos adequados, conexão estável e espaço para o uso pedagógico de tecnologias. O investimento nas escolas é essencial para que o uso da tecnologia se consolide de maneira equitativa.

Capacitação dos Professores para o Uso de Tecnologias

A transformação digital exige que os professores desenvolvam novas competências digitais e metodológicas para utilizar as tecnologias educacionais de maneira eficaz.

▪ **Competência Digital Docente:** É fundamental que os professores estejam familiarizados com ferramentas digitais, como plataformas de videoconferência, aplicativos educativos e softwares de gestão da aprendizagem. Cursos de formação e capacitação continuada são necessários para preparar os docentes a lidar com as demandas do ensino remoto e híbrido.

▪ **Integração de Tecnologias no Planejamento Pedagógico:** A tecnologia deve ser integrada de forma estratégica nas práticas pedagógicas, de modo a enriquecer o aprendizado e não apenas replicar o modelo presencial. Recursos como gamificação, realidade aumentada e inteligência artificial podem tornar o processo de ensino mais interativo e atraente, mas requerem planejamento e criatividade por parte dos professores.



CONHECIMENTOS GERAIS

CULTURA POPULAR, PERSONALIDADES, PONTOS TURÍSTICOS, ORGANIZAÇÃO POLÍTICA E TERRITORIAL, DIVISÃO POLÍTICA, REGIÕES ADMINISTRATIVAS, REGIÃO DE LOCALIZAÇÃO DO IBGE, HIERARQUIA URBANA, SÍMBOLOS, ESTRUTURA DOS PODERES, FAUNA E FLORA LOCAIS, HIDROGRAFIA E RELEVO, CLIMA, MATRIZ PRODUTIVA, MATRIZ ENERGÉTICA E MATRIZ DE TRANSPORTE, UNIDADES DE CONSERVAÇÃO, HISTÓRIA E GEOGRAFIA DO PAÍS, ESTADO, DO MUNICÍPIO E DA REGIÃO QUE O CERCA

FORMAÇÃO HISTÓRICA E LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA DE NOVO HAMBURGO¹

► O município no contexto do Brasil, do Rio Grande do Sul e do Vale do Rio dos Sinos

Localização e posição regional

Novo Hamburgo é um município brasileiro situado no estado do Rio Grande do Sul, na Região Sul do país. Sua localização, próxima à capital Porto Alegre e integrada ao eixo urbano-industrial do Vale do Rio dos Sinos, ajuda a explicar sua importância econômica, histórica e territorial. A cidade participa da dinâmica metropolitana de Porto Alegre, mas também possui centralidade própria, especialmente por sua tradição industrial, por sua rede de comércio e serviços e por sua influência sobre municípios vizinhos como São Leopoldo, Campo Bom, Estância Velha, Sapiranga, Dois Irmãos e Ivoti.

A posição geográfica de Novo Hamburgo favoreceu historicamente a circulação de pessoas, mercadorias e atividades produtivas. O município está associado ao vale formado pelo Rio dos Sinos, uma área que teve papel decisivo na colonização, na agricultura familiar, no comércio regional e, posteriormente, na industrialização. Essa combinação entre localização estratégica, rede de transportes e vocação produtiva contribuiu para transformar Novo Hamburgo em um dos centros urbanos mais relevantes do Rio Grande do Sul.

► Ocupação inicial e formação territorial

Povos originários, presença luso-açoriana e imigração alemã

Antes da consolidação dos núcleos coloniais europeus, a região era ocupada por populações indígenas, entre elas grupos associados aos carijós. A presença desses povos revela que o território não era vazio: havia formas próprias de ocupação,

circulação, uso dos recursos naturais e organização sociocultural. Com o avanço da colonização portuguesa no Sul do Brasil, a região passou a receber também famílias luso-brasileiras e descendentes de açorianos, especialmente em áreas como o Rincão dos Ilhéus, compondo uma camada importante da formação histórica local.

A partir de 1824, com a chegada de imigrantes germânicos à antiga Colônia de São Leopoldo, iniciou-se uma nova fase de ocupação regional. As pequenas propriedades agrícolas, o trabalho familiar, o artesanato e o comércio local estruturaram a vida econômica das colônias. Na área que mais tarde formaria Novo Hamburgo, destacou-se o núcleo de Hamburgerberg, atual Hamburgo Velho, que funcionou como ponto de encontro, entreposto comercial e centro de serviços para colonos, viajantes, artesãos e comerciantes.

► Do povoado colonial à cidade industrial

Hamburgo Velho, ferrovia e deslocamento do centro urbano

Hamburgo Velho foi um dos núcleos mais importantes da ocupação inicial. Ali se concentravam casas comerciais, oficinas, hospedarias, atividades religiosas e espaços de sociabilidade. O crescimento da localidade estava ligado à sua posição de passagem entre áreas rurais, caminhos regionais e centros urbanos maiores. No entanto, a chegada da ferrovia no século XIX alterou profundamente a organização do território.

A estação denominada New Hamburg, construída em área próxima ao atual centro, atraiu moradores, comerciantes e atividades econômicas. Com o tempo, o eixo de crescimento deslocou-se de Hamburgo Velho para a área central, onde a circulação ferroviária estimulou o comércio, a indústria e a urbanização. Esse processo ajuda a compreender por que Novo Hamburgo possui uma formação urbana marcada por dois polos históricos: Hamburgo Velho, associado à memória colonial e patrimonial, e o Centro, ligado à modernização econômica e à expansão industrial.

► Emancipação, Lomba Grande e identidade econômica

Autonomia política e consolidação municipal

Novo Hamburgo emancipou-se de São Leopoldo em 5 de abril de 1927, passando a organizar sua própria administração municipal. A autonomia política esteve relacionada ao crescimento econômico, à força das lideranças locais e ao desejo de controlar diretamente obras, infraestrutura e serviços urbanos. Em 1939, a incorporação de Lomba Grande ampliou o território municipal e reforçou a presença de áreas rurais na composição geográfica da cidade.

A economia local desenvolveu-se fortemente em torno da cadeia do couro e do calçado. A abundância de matéria-prima, o conhecimento artesanal, a presença de curtumes, oficinas e

¹ cidades.ibge.gov.br

https://pt.wikipedia.org/wiki/Novo_Hamburgo
<https://www.novohamburgo.rs.gov.br/historia>

AMOSTRA

fábricas, além da capacidade comercial dos empreendedores locais, consolidaram Novo Hamburgo como referência nacional no setor calçadista. Essa trajetória deu origem à imagem da cidade como “Capital Nacional do Calçado”, sem apagar sua diversidade social, cultural e territorial. Assim, Novo Hamburgo deve ser compreendida como uma cidade formada pela interação entre imigração, trabalho, ferrovia, indústria, urbanização, ruralidade e identidade regional.

ORGANIZAÇÃO POLÍTICA, TERRITORIAL E REGIONALIZAÇÃO

► Estrutura político-administrativa do município

O município como unidade da Federação brasileira

Novo Hamburgo integra a organização político-administrativa do Brasil como município do estado do Rio Grande do Sul. Isso significa que possui autonomia administrativa, financeira e política, dentro dos limites definidos pela Constituição Federal, pela Constituição Estadual e pela Lei Orgânica Municipal. Na prática, essa autonomia permite ao município organizar serviços públicos locais, planejar o uso do solo, manter equipamentos urbanos, administrar escolas municipais, unidades de saúde, vias públicas, praças, políticas culturais, ações ambientais e serviços de interesse direto da população.

A estrutura dos poderes municipais é formada por dois poderes principais: o Executivo e o Legislativo. O Poder Executivo é responsável pela administração direta da cidade, sendo exercido pelo prefeito, pelo vice-prefeito e pelas secretarias municipais. O Poder Legislativo é exercido pela Câmara Municipal, composta por vereadores, que elaboram leis locais, fiscalizam a prefeitura, debatem demandas da comunidade e representam politicamente a população. Em Novo Hamburgo, a Câmara Municipal possui 14 vereadores, o que expressa a dimensão populacional e institucional do município.

► Divisão territorial e organização interna

Área urbana, área rural e bairros

O território de Novo Hamburgo combina forte urbanização com áreas rurais relevantes. A área urbana concentra a maior parte da população, dos serviços, das atividades industriais, comerciais, educacionais e administrativas. Nela se localizam bairros de grande importância histórica e econômica, como Centro, Hamburgo Velho, Canudos, Santo Afonso, Rio Branco, Ideal, Vila Rosa, Operário e outros espaços urbanos formados em diferentes momentos do crescimento municipal.

Lomba Grande ocupa papel especial na organização territorial. Além de ser um bairro de grande extensão, preserva características rurais, paisagens naturais, propriedades produtivas, caminhos de turismo rural e formas de vida menos adensadas que as áreas centrais. Sua presença mostra que Novo Hamburgo não pode ser compreendida apenas como cidade industrial e urbana: o município também possui áreas de contato com a natureza, atividades agropecuárias, patrimônios culturais rurais e comunidades ligadas à história da colonização regional.

Para compreender a organização territorial de modo didático, a tabela abaixo resume as principais escalas que envolvem Novo Hamburgo:

Escala territorial	Como Novo Hamburgo se insere
País	Município localizado no Brasil, dentro da Região Sul
Estado	Integra o Rio Grande do Sul
Região metropolitana	Participa da Região Metropolitana de Porto Alegre
Região histórica e econômica	Insere-se no Vale do Rio dos Sinos
Regionalização do IBGE	Pertence à Região Geográfica Intermediária de Porto Alegre e à Região Geográfica Imediata de Novo Hamburgo–São Leopoldo
Organização local	Divide-se em bairros urbanos e áreas com características rurais, com destaque para Lomba Grande

► Regionalização e hierarquia urbana

Função regional de Novo Hamburgo

Na regionalização do IBGE, Novo Hamburgo aparece vinculado a escalas que ajudam a entender suas relações com outros municípios. A Região Geográfica Intermediária de Porto Alegre expressa a influência da capital estadual sobre uma ampla rede urbana. Já a Região Geográfica Imediata de Novo Hamburgo–São Leopoldo indica relações mais próximas, baseadas em deslocamentos cotidianos, comércio, serviços, trabalho, educação, saúde e circulação regional.

Na hierarquia urbana, Novo Hamburgo exerce papel de centralidade importante no Vale do Rio dos Sinos. Embora Porto Alegre seja a metrópole de maior influência no estado, Novo Hamburgo funciona como centro regional para municípios vizinhos, especialmente pela oferta de comércio especializado, serviços, eventos, ensino, saúde, empregos e atividades industriais. Essa posição resulta de sua história econômica, de sua infraestrutura de transportes e de sua tradição produtiva.

► Símbolos municipais e identidade política

Bandeira, brasão, hino e gentílico

Os símbolos municipais representam a identidade histórica e cívica de Novo Hamburgo. A bandeira, o brasão e o hino expressam elementos ligados à memória local, à formação comunitária e ao pertencimento da população ao município. O gentílico “novo-hamburguense” identifica os habitantes da cidade e reforça a ligação entre território, história e cidadania. Esses símbolos cumprem função educativa e política, pois ajudam a transformar a cidade em referência de memória coletiva, pertencimento social e representação pública.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

ARTICULAÇÃO DA ESCOLA COM A SOCIEDADE CONTEMPORÂNEA

FUNDAMENTOS CONCEITUAIS DA APRENDIZAGEM COMO CONSTRUÇÃO DO CONHECIMENTO

► Aprendizagem como atividade intelectual ativa

A aprendizagem compreendida como processo de construção do conhecimento parte da ideia de que o sujeito não apenas recebe informações prontas, mas organiza, interpreta, relaciona e transforma os dados da experiência em estruturas cognitivas progressivamente mais elaboradas. Conhecer, nesse sentido, não equivale à simples acumulação de conteúdos isolados. O conhecimento ganha forma quando o aprendiz estabelece relações entre aquilo que já compreende, os problemas que enfrenta, as linguagens disponíveis, as interações sociais e os objetos culturais com os quais entra em contato.

Essa concepção desloca o foco da transmissão unilateral para a atividade mental do sujeito. A informação pode ser apresentada por outra pessoa, por um texto, por uma imagem, por uma situação concreta ou por um recurso tecnológico, mas sua incorporação depende de operações internas de significação. O aprendiz seleciona elementos relevantes, compara dados, identifica regularidades, formula hipóteses, reorganiza ideias anteriores e atribui sentido ao que encontra. A aprendizagem torna-se, assim, um movimento de elaboração, e não um depósito passivo de enunciados.

► Conhecimento prévio e reorganização cognitiva

Todo novo conhecimento entra em relação com formas anteriores de compreensão. Experiências, conceitos cotidianos, representações sociais, linguagem familiar, práticas culturais e explicações previamente construídas funcionam como pontos de apoio para novas aprendizagens. Quando um conceito novo se aproxima de esquemas já existentes, pode haver assimilação relativamente estável. Quando provoca conflito, insuficiência ou contradição, pode exigir reorganização mais profunda das estruturas cognitivas.

A construção do conhecimento não ocorre de modo linear, uniforme ou puramente cumulativo. Um sujeito pode compreender parcialmente um fenômeno, aplicar uma ideia em determinado contexto e demonstrar dificuldade em transferi-la para outra situação. Essa variação indica que aprender envolve estabilidade, flexibilidade e reconstrução contínua. A aprendizagem significativa depende da possibilidade de integrar novos elementos a uma rede conceitual mais ampla, permitindo que o conhecimento deixe de ser fragmentado e passe a operar como instrumento de interpretação da realidade.

► Interação entre sujeito, objeto e contexto

O conhecimento é construído na relação entre sujeito e objeto, mas essa relação não se limita ao contato individual com conteúdos. O contexto social, a linguagem, os instrumentos culturais e as práticas institucionais influenciam profundamente o modo como os significados são produzidos. A criança, o jovem ou o adulto aprendem em ambientes marcados por valores, regras, formas de comunicação, expectativas e modos específicos de organizar saberes.

Alguns elementos estruturam essa concepção de aprendizagem e ajudam a compreender sua complexidade:

- O sujeito aprende mobilizando estruturas cognitivas, afetivas, linguísticas e sociais já constituídas.
- O objeto de conhecimento exige interpretação, análise, comparação e reconstrução, não apenas repetição formal.
- O contexto oferece mediações, instrumentos, problemas e linguagens que orientam a produção de sentido.
- A aprendizagem transforma simultaneamente o modo de compreender o conteúdo e o modo de pensar do próprio sujeito.

Esses elementos mostram que a construção do conhecimento envolve atividade, relação e transformação. O sujeito aprende ao participar de situações em que pode confrontar ideias, justificar respostas, revisar explicações, reconhecer limites de suas hipóteses e reconstruir modos de compreensão.

O conhecimento produzido nesse processo não é cópia exata do mundo externo nem invenção arbitrária do indivíduo; resulta da interação organizada entre experiência, linguagem, cultura e pensamento.

DIMENSÕES COGNITIVAS DA CONSTRUÇÃO DO CONHECIMENTO

► Esquemas mentais e organização da experiência

A construção do conhecimento depende da capacidade de organizar a experiência em estruturas relativamente estáveis de pensamento. Essas estruturas permitem reconhecer objetos, classificar situações, antecipar consequências, estabelecer relações causais e interpretar informações novas. A aprendizagem modifica tais estruturas quando amplia sua abrangência, torna suas relações mais precisas ou substitui explicações insuficientes por formas mais elaboradas de compreensão.

Os esquemas mentais não são conteúdos isolados. Eles funcionam como modos de ação intelectual. Um sujeito que aprende um conceito matemático, por exemplo, não apenas memoriza uma definição; passa a dispor de uma forma de resolver problemas, representar quantidades, comparar relações e justificar procedimentos. De modo semelhante, ao aprender um conceito científico ou social, reorganiza modos de observar,

AMOSTRA

descrever e explicar fenômenos. A aprendizagem como construção do conhecimento implica a formação de instrumentos internos de interpretação.

► **Conflito cognitivo e reconstrução de significados**

A mudança cognitiva frequentemente ocorre quando uma explicação anterior não consegue responder adequadamente a uma situação nova. O conflito entre o que o sujeito pensa e o que a realidade, a linguagem ou a interação social apresentam pode gerar necessidade de revisão. Esse conflito não deve ser entendido como simples erro a ser eliminado, mas como sinal de que uma forma de pensamento está sendo tensionada por novas exigências de compreensão.

A reconstrução de significados exige comparação entre hipóteses, análise de evidências, reelaboração de categorias e integração de novas relações. Um equívoco conceitual pode revelar uma lógica interna coerente para o aprendiz, ainda que inadequada diante do conhecimento sistematizado. A intervenção pedagógica, quando orientada pela construção do conhecimento, considera essa lógica interna para promover deslocamentos intelectuais. A simples apresentação da resposta correta pode não alterar a estrutura de pensamento se o sujeito não compreender por que sua explicação anterior se tornou insuficiente.

Erro como indicador de pensamento em elaboração

O erro ocupa posição relevante na análise da aprendizagem construtiva. Ele não representa apenas ausência de conhecimento, mas pode revelar estratégias, interpretações e relações mobilizadas pelo sujeito. Ao observar um erro, é possível identificar que tipo de regra foi aplicada, que associação foi estabelecida, que generalização foi feita ou que aspecto do problema não foi considerado. Essa leitura permite compreender o percurso de construção, em vez de reduzir a aprendizagem a acerto ou fracasso.

A interpretação do erro favorece intervenções mais precisas. Quando o sujeito erra por desconhecimento de vocabulário, a demanda é diferente daquela existente quando erra por aplicar uma regra inadequada a um novo contexto. Quando erra por não diferenciar conceitos próximos, a ação necessária difere daquela voltada à ampliação de repertório. O erro, analisado tecnicamente, torna visível o processo cognitivo em movimento.

► **Significação, linguagem e abstração**

A linguagem desempenha papel decisivo na construção do conhecimento porque permite nomear, diferenciar, explicar e comunicar relações. Por meio da linguagem, o sujeito organiza a experiência, transforma ações em conceitos, explicita raciocínios e participa de práticas culturais de produção de sentido. A aprendizagem envolve a passagem de compreensões ligadas à experiência imediata para formas progressivamente mais abstratas, sistemáticas e generalizáveis.

A abstração não corresponde ao afastamento vazio da realidade. Ela permite compreender estruturas que atravessam diferentes situações. Um conceito abstrato torna possível reconhecer relações semelhantes em contextos distintos, formular explicações mais amplas e operar mentalmente com elementos que não estão presentes de modo concreto. A construção do

conhecimento articula experiência, linguagem e abstração, permitindo que o sujeito avance de percepções particulares para sistemas de significados mais complexos.

MEDIAÇÃO SOCIAL E CULTURAL NA APRENDIZAGEM

► **Interação social como condição de desenvolvimento intelectual**

A aprendizagem como construção do conhecimento possui dimensão social constitutiva. O sujeito elabora conhecimentos em interação com outras pessoas, com práticas culturais e com formas historicamente produzidas de linguagem. A presença do outro não é apenas fonte de informação; ela cria situações de diálogo, argumentação, comparação de perspectivas e regulação do pensamento. Quando um sujeito explica sua ideia, escuta outra interpretação ou precisa justificar um procedimento, torna seus próprios raciocínios mais conscientes e passíveis de reorganização.

A interação social amplia o campo de significados disponíveis. Diferentes sujeitos podem observar o mesmo fenômeno a partir de referências distintas, destacando aspectos que não seriam percebidos individualmente. Esse confronto de perspectivas favorece a descentração intelectual, isto é, a possibilidade de considerar pontos de vista diversos, rever certezas imediatas e construir explicações mais complexas. A aprendizagem torna-se processo relacional, no qual a atividade individual é alimentada por trocas simbólicas e práticas compartilhadas.

► **Mediação pedagógica e organização intencional do conhecimento**

A mediação pedagógica organiza condições para que o sujeito avance em sua compreensão. Mediar não significa fornecer respostas prontas de modo mecânico, mas estruturar situações em que o conhecimento possa ser interrogado, problematizado, relacionado e reconstruído. A ação pedagógica envolve seleção de objetos culturais, formulação de problemas, organização de sequências, uso de linguagem adequada, proposição de desafios e acompanhamento dos processos de elaboração.

Essa mediação deve considerar a distância entre aquilo que o sujeito já realiza autonomamente e aquilo que pode realizar com apoio. O apoio pode aparecer por meio de perguntas orientadoras, exemplos contrastivos, reorganização de tarefas, retomada de conceitos, explicitação de critérios ou interação com pares. O objetivo da mediação é favorecer a passagem gradual da dependência externa para a autonomia intelectual, permitindo que o aprendiz incorpore procedimentos, categorias e formas de análise.

A relação entre mediação e aprendizagem pode ser compreendida por diferentes funções complementares:

- A mediação seleciona e organiza os objetos de conhecimento conforme sua relevância conceitual e sua complexidade interna.
- A mediação cria problemas que exigem mobilização ativa de conhecimentos prévios e abertura para novas relações.
- A mediação oferece instrumentos simbólicos que permitem nomear, representar, comparar e explicar fenômenos.



GOSTOU DESSE MATERIAL?

Imagine o impacto da versão **COMPLETA** na sua preparação. É o passo que faltava para garantir aprovação e conquistar sua estabilidade. Ative já seu **DESCONTO ESPECIAL!**

EU QUERO SER APROVADO!

